

Maureen Santos/HBS e Letícia Tura/FASE, com colaboração de Marcela Vecchione<sup>3</sup>/GCB, Vania Viana/CUT, Iara Pietricovsky/INESC e Diana Aguiar/FASE

A segunda semana começou bem agitada e com grande dispersão de atividades por Paris e arredores. No espaço oficial iniciou-se o segmento de Alto Nível, que conta com a participação dos ministros na negociação, inaugurando também o formato proposto pelo Comitê de Paris. Muitas reuniões e consultas estão ocorrendo ao mesmo tempo, sendo que muitas delas não são divulgadas nas telas de informação com os horários e salas. Por isso, alguns países e segmentos da sociedade civil reclamaram sobre a necessidade de mais transparência.

Para entender melhor o rascunho do acordo de Paris, que possui 27 pontos, elencamos abaixo alguns dos artigos/temas principais e mais polêmicos:

1 - A questão dos Direitos Humanos, direitos dos povos indígenas, transição justa, equidade de gênero e empoderamento das mulheres está prevista no preâmbulo. Mas vários movimentos sociais e organizações da sociedade civil, em especial o movimento sindical, dos povos indígenas e nós do grupo Carta de Belém, temos pressionado para que estas questões entrem no artigo 2 do texto, onde se define os objetivos do acordo, e a partir disto seja um tema transversal aos demais artigos. Isso não quer dizer que o acordo será mais justo por isso, até porque qualquer coisa que saia será vazio e de conteúdo muito complicado.

2 - Mitigação, que está no artigo 3 do rascunho, é o tema mais complexo e controverso. São quase seis páginas de artigo com muitas emendas, opções e parênteses. O importante é que está sendo proposto a criação de um novo mecanismo de desenvolvimento sustentável, cuja proposta conjunta foi feita por Brasil e União Europeia. Na negociação pré-COP 21, este item estava sendo chamado de MDL+, ou seja, com o fim do Protocolo de Kyoto, como dar continuidade ao arcabouço – ou parte dele – do mecanismo de flexibilização que envolvia os países em desenvolvimento. A proposta brasileira e europeia é um pouco mais branda que a do MDL+, que estava na mesa por se tratar de adesão voluntária das Partes (Estados) e autorizadas por elas e não seria um mecanismo formal de implementação das INDCs submetidas, por ter um quê de adicionalidade. O governo brasileiro diz que o mecanismo seria de cooperação entre as Partes, pra evitar a dupla contabilidade (incluído no item medidas de resposta/*response measures*) e deverá seguir critérios de integridade ambiental, os princípios da Convenção de Clima, além de que os resultados poderiam apoiar os processos de adaptação. Disse que não abrirão a porta para o mecanismo de mercado por se tratar de algo de cooperação entre as Partes. No entanto, ficamos bastante preocupados e alertas com a proposta, cujo documento ainda é bastante abstrato e achamos que é sim uma continuidade de um mecanismo super criticado em Kyoto e que traz para o novo acordo uma nova roupagem para o MDL.

Ainda em mitigação, há o artigo 3 bis, com a proposta de inclusão de um mecanismo de REDD+ no novo acordo, que seria iniciado a partir de 2020. Havia sido aprovado em Varsóvia e fechado o texto em junho deste ano, na reunião do SBSTA, a abordagem de REDD + com pagamentos por resultados. No entanto, existem muitas pressões, como da Coalizão das Florestas Tropicais, entre outros, para reabrir a discussão e transformar o REDD+ em

mecanismo (daí vem também o pacote *offsetting*) e o reconhecimento do uso da terra nesta modalidade. O Grupo Carta de Belém se posicionou categoricamente contra qualquer inclusão de uso da terra e REDD+ como mecanismo no novo acordo.

3 - Adaptação: está no artigo 4 do rascunho e os países têm relativo consenso sobre a necessidade de buscar uma visão de longo prazo (2025) e um objetivo (*goal*) para adaptação, assim como as INDCs de mitigação apresentaram. A discussão também ficou em torno de incluir ou não a parte de financiamento de adaptação neste artigo, ou só tratar deste tema no artigo 6, sobre financiamento. A negociação sobre adaptação está sendo feita conjuntamente sobre o artigo 5, sobre perdas e danos (*loss and damage*).

4 - Sobre Perdas e Danos, artigo 5, existe um debate se o Mecanismo de Varsóvia sobre Perdas e Danos criado em 2013 deve entrar ou não no novo acordo. A grande maioria dos países vem defendendo que sim, incluindo no artigo a menção que o mecanismo deve ser financiado pelo Mecanismo Financeiro da Convenção. Esta menção também se encontra no artigo 6.13, já que há uma discussão que perdas e danos não deveria ser incluído como artigo único e sim deslocado para o artigo 4 de adaptação, e a parte sobre financiamento para o 6.13. Com isso, o artigo 5 está todo entre parênteses.

5 - Com relação a Financiamento, art.6, apesar de no rascunho estar previsto que os países do Anexo 1 deveriam ser os provedores, esta é um das grandes divergências entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e se relaciona com o tema de Diferenciação. Está sendo proposto que o Mecanismo de Financiamento (artigo 11 da UNFCCC) seja composto pelo Fundo Verde do Clima (GCF) e pelo *Global Environmental Facility* (GEF), e que ambos os fundos operem junto deste mecanismo. Na semana passada, muitos países africanos criticaram a primeira aprovação de projetos a serem financiados pelo Fundo Verde, especialmente no que diz respeito às dificuldades de acesso ao GCF e a necessidade de destinar recursos à construção de capacidades para poderem acessar o fundo. Estes países querem acesso e construção de capacidades possam entrar nos artigos 6 e no 9, senão só as grandes ONGs internacionais e bancos de investimento públicos e privados que conseguirão acessar o fundo.

Sobre o Comitê de Paris, foram criadas mais algumas facilitações, que no final ficou subdividido em nove subgrupos, são eles: 1. Diferenciação, com respeito à mitigação, financiamento e transparência; 2. Suporte e Meios de Implementação; 3. Objetivos de Longo Prazo; 4. Ambição pré-2020, excluindo financiamento; 5. Mercados; 6. Florestas; 7. Medidas de Resposta; 8. Preâmbulo do acordo; 9. Revisão legal, que é um comitê pequeno.

Ontem, foi realizada uma reunião da delegação brasileira em Paris, com a presença da ministra Izabella Teixeira e dos embaixadores Marcondes de Carvalho e André Figueiredo, e praticamente toda a equipe negociadora. Embaixador Figueiredo, que é um negociador histórico do Brasil na Convenção de clima, veio dar grande reforço à equipe negociadora. Ele está facilitando o grupo sobre diferenciação. Na reunião tinham representantes de diversos setores da sociedade de civil, de empresas, parlamentares, e instituições governamentais. A sala estava lotada, com umas 300 pessoas.

Os relatos do Comitê de Paris estão sendo feitos em plenárias diárias ao fim do dia, onde cada facilitador aponta os avanços e até onde os esforços chegaram. Na segunda-feira, este novo

formato foi criticado por alguns países do bloco *Like-Minded Developing Countries on Climate Change* (Arábia Saudita, Algéria, Argentina, Bangladesh, Bolívia, China, Cuba, Equador, Egito, El Salvador, Índia, Jordânia, Iraque, Kuwait, Indonésia, Irã, Malásia, Mali, Nicarágua, Paquistão, Sri Lanka, Sudão, Síria, Venezuela e Vietnã). Assim, a presidência francesa acolheu alguns pontos e criou novos subgrupos com facilitadores, como o caso da ambição pré-2020.

O novo texto do acordo está previsto para sair hoje na parte da tarde.

Ainda ontem, teve uma coletiva de imprensa dos países BASIC, a primeira coletiva desde o início da COP 21. Os/as ministros/as da África do Sul, Brasil, China e Índia reforçaram seu total apoio à presidência francesa e a determinação de ter até a próxima sexta-feira um acordo fechado, seguindo os princípios da Convenção.

Apontaram que o respeito à Convenção é fundamental e sobre isso disseram que continuam com posição firme sobre a diferenciação entre os países da Convenção. Afirmaram que a intenção do bloco é continuar em uma positiva construção junto ao G77 e China e que estão tendo flexibilidade para chegar a um acordo. Falaram também da decepção sobre o apoio financeiro dos países desenvolvidos e criticaram o estudo que acabou de ser lançado pela OCDE sobre financiamento do clima, dizendo que falta transparência e informações sobre qual metodologia foi utilizada, reforçando que deveriam utilizar a metodologia prevista na UNFCCC.

### **E do lado de fora da COP...**

Várias atividades da sociedade civil parceira vêm ocorrendo em distintas partes de Paris e arredores. Como foram proibidas manifestações com grande número de pessoas, as atividades ficaram mais restritas a debates, feiras e espaços de convergências. Na primeira semana ocorreu o Tribunal dos Direitos da Natureza e Povos, que procurou aplicar a Declaração Universal da Mãe Terra; o Fórum Climático e a Feira de Alternativas, em Montreuil.

Na segunda-feira, em Paris, começou a Zona de Ação Climática (ZAC), onde várias oficinas e reuniões vêm sendo feitas. Destaque para as assembleias diárias temáticas das organizações e movimentos sociais no fim do dia. Hoje foi realizada a de Soluções dos Povos e amanhã será dedicada à soberania alimentar. As assembleias também estão discutindo como serão as atividades do sábado, 12 de dezembro, e readequando as propostas construídas anteriormente, que foram proibidas pelo governo francês por meio do estado de emergência.

Em outro local da cidade, foram realizadas atividades da campanha "*Desmantling the Architecture of Impunity*" e ontem foi realizada uma Assembleia de Convergência de lutas frente a acordos de livre comércio e de investimento e frente ao poder e impunidade das grandes empresas. Os grandes consensos foram no sentido da necessidade de avaliação do que é necessário para construir convergência entre as lutas globais; de que as grandes corporações estão liderando a narrativa hegemônica de como "solucionar os problemas" que enfrentamos globalmente; e de que precisamos fortalecer nossa capacidade de deslegitimar essas narrativas buscando disputar os "territórios mentais" de um público mais amplo.